



TAVARES, Daniel Rodrigues*

<https://orcid.org/0009-0001-7953-4325>

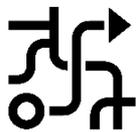
RESUMO: Este texto busca relacionar história, memória e patrimônio, como elementos que reorganizam o passado e geram marcos de identificação. Sugerimos identificar o patrimônio como um objeto de pesquisa da história ciência, assim como utilizá-lo como um instrumento no ensino da disciplina que auxilia na construção de uma compreensão mais sólida da relação entre passado e presente. Para tanto, é importante compreender que patrimônio possui várias acepções, assim como é fruto de relações sociais de tensão e disputas. No Brasil, as políticas federais de preservação sobre os bens culturais, surgidas na década de 1930, mostraram um conceito de patrimônio muito vinculado à materialidade e à matriz cultural branca europeia. Essa acepção muda conforme as transformações na legislação, ampliando as possibilidades de significados para o conceito. Um exemplo de historicização e de uso do patrimônio no ensino de história é apresentado ao final do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; História; Ensino de História.

ABSTRACT: This text seeks to relate history, memory and heritage as elements that reorganize the past and generate identifying marks. We suggest identifying heritage as an object of research in history and science, as well as using it as an instrument in the teaching of the subject that helps build a more solid understanding of the relationship between past and present. To this end, it is important to understand that heritage has various meanings, as well as being the result of social relations of tension and disputes. In Brazil, the federal preservation policies for cultural goods that emerged in the 1930s showed a concept of heritage that was closely linked to materiality and the white European cultural matrix. This meaning has changed as legislation has changed, broadening the possibilities of meanings for the concept. An example of historicization and the use of heritage in history teaching is presented at the end of the text.

KEYWORDS: Cultural Heritage; History; History Teaching.

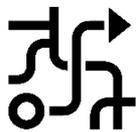
* Doutorando em História, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, sob a orientação da Prof.^ª Dr.^ª Maria Medianeira Padoin. Mestre em Ensino de História (2019), Bacharel e Licenciado em História (2007), ambos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de História das redes públicas de ensino, estadual (Pará) e municipal (Belém-PA).



HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Escrever sobre o passado, mencionando datas, fatos, nomes, coletivos, movimentos sociais, pode ser uma narrativa histórica ou literária. Em que pese Hayden White (2014) colocar na mesma estante história e literatura, identificando o texto historiográfico como um artefato literário por utilizar todos os tropos da linguagem, a historiografia, a escrita do historiador, faz-se a partir de teoria e metodologia pensadas para construir interpretações do passado à luz da realidade presente. Michel de Certeau (1982, p. 65) as identifica como operação historiográfica e que entrelaça três elementos essenciais: o lugar social; as práticas e os procedimentos de análise, que envolvem o uso da teoria e metodologia da história para dialogar com os documentos do passado; e a escrita, o texto, uma literatura, que trata da realidade a qual a própria história integra. Nesse campo, a construção de uma interpretação para dar sentido ao passado é fabricada numa relação entre a realidade e o discurso construído pelo historiador, que faz parte do mundo vivido. Fernando Catroga (2004), ao indagar sobre a função da História, rememora filosofias da história construídas desde a Antiguidade Clássica Ocidental, percebendo como a concepção de história esteve muito atrelada ao papel de ser mestra da vida, de ter uma função pedagógica de exemplo do passado para o presente e o futuro. Seja nas concepções greco-romanas clássicas, no medievo, ou na modernidade, o relato do passado aponta ensinamentos sobre a vida que guiam para um futuro predeterminado, que evita a contingência, o novo. Logo, o historiador português atesta que “a história só será mestra da vida se, em primeiro lugar, a vida for mestra da história.” (CATROGA, 2004, p. 34). Tanto Certeau, quanto Catroga nos encaminham para um fator que é primordial para a tecitura de uma história que não seja o puro relato do ocorrido, que não seja a cronologia de um personagem, ou a exaltação de um determinado sistema político ou governante – trata-se da problematização, que é cara ao historiador.

March Bloch, quem, junto com Lucien Febvre, fundou a Revista dos Annales, em 1929, na França, em obra que manuscreeu quando estava preso pelo regime nazista, e que foi publicada postumamente, defendeu a história como um conhecimento que pode ser compreendido por “doutos” e “escolares” e a definiu como a “ciência dos homens no tempo”, enquanto comparou o historiador ao ogro da lenda, que fareja carne humana, que vai em busca dos vestígios, as fontes do passado



(BLOCH, 2001). Febvre, combatendo pela história, por meio da sua escrita, entende-a como busca de solução, no passado, para questões do presente, não uma profissão de fé a ser decorada.

Assim a história. A que compreende e faz compreender. A que não é lição a estudar todas as manhãs, com devoção – mas verdadeiramente uma condição de atmosfera. O que sempre aqui, para Marc Bloch e para mim. O que será amanhã, para todos os antigos que me ajudaram no meu trabalho. A história, resposta a perguntas que o homem de hoje necessariamente se põe (FEBVRE, 1989, p. 49).

José D'Assunção Barros (2012) destaca a grande influência que o movimento dos Annales exerceu sobre os historiadores no Brasil, com um programa de elementos metodológicos que expandiam o ofício: a defesa da interdisciplinaridade, o alargamento das possibilidades de temas e de fontes históricas, acompanhados de novas interpretações sobre o tempo histórico. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro elenca a questão da problematização dos objetos de estudo da ciência histórica como um dos pontos cruciais da Escola dos Annales.

A evocação de uma “história-problema” como signo identitário importante para o movimento dos Annales (...) Essa noção tornou-se de longe o instrumento mais combativo e reluzente do programa dos Annales, pois permitia afrontar, através de um novo conceito e de uma nova definição para uma história que se queria nova, o frágil universo dos modelos de historiografia que se limitavam a narrar os fatos ou a expor informações, de maneira meramente descritiva. A bandeira da “história-problema”, uma novidade necessária nos inícios da atividade dos historiadores dos Annales, em 1929, tinha cores bem vivas e transluzia à distância – se pudermos utilizar essa metáfora – sobretudo quando era bem agitada nos manifestos da Escola dos Annales. É impressionante constatar como, durante todo um século que abarca a pré-história e a história desta escola, perdura com a mesma intensidade aquela velha crítica dos Annales à “história factual”, através da oposição de uma história-problema – interpretativa, problematizada, apoiada em hipóteses, capaz de recortar o acontecimento através de novas tábuas de leitura, e, na verdade, capaz de problematizar este próprio gesto de recortar um acontecimento (BARROS, 2012, p. 306).

A Nova História Cultural, do final do século XX, que pode ser entendida como um dos resultados profícuos do movimento dos Annales, após incisivas críticas da História Política e da linha marxista, buscou ampliar a compreensão do conceito de cultura, a partir de uma maior preocupação, portanto com a sua principal fonte histórica, trazendo inclusive o entendimento antropológico do conceito: característica inerente à vida humana, produção de meios para a sobrevivência, de sentidos, transmissão de aprendizados. Disso advém a utilização de dois elementos

importantes para a o campo: as ideias de prática e representação social/cultural (BURKE, 2005).

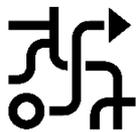
“Práticas” e “representações” são ainda noções que estão sendo elaboradas no campo da História Cultural. Mas, tal como já ressaltamos, elas têm possibilitado novas perspectivas para o estudo historiográfico da Cultura, porque juntas permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos culturais, além de chamarem a atenção para o dinamismo destes fenômenos (BARROS, 2010, p. 83).

As representações, quando abarcam conjuntos de significados, podem se relacionar à categoria “Símbolo”, a um sistema de valores, ou podem também se entrecruzar com ideologia quando associada aos inter-relacionamentos sociais e políticos das pessoas. A herança deixada pela cultura de um povo é um objeto, por excelência, para a história cultural: carrega práticas sociais, representações da sociedade que a produziu e que a reconheceu como patrimônio, associa-se às relações de poder, de simbologia e de ideologia, portanto, passível de ser objeto da narrativa histórica.

PATRIMÔNIO ENQUANTO OBJETO DE PESQUISA

Propomos a defesa da historicização do patrimônio cultural, pensá-lo como um objeto de estudo da história e uma ferramenta essencial no seu ensino. Para tanto, é interessante o diálogo com Sandra Pesavento (2004), quando identifica a cidade como “Cronotopo”, uma unidade de espaço e tempo, possuidora de história, memória, atores, significados. A cidade pode ser lida. O passado lhe deixa “marcas objetivas”. Enquanto a história apresenta uma narrativa verossímil do passado, que marcará o imaginário dos leitores sobre o passado, o qual se narrou; a memória é uma marca de historicidade, traz uma sensação de confiança ao recordar o passado. A cidade abriga muitas temporalidades, portanto, à História cabe o papel de sensibilizar as pessoas para a leitura, interpretação dos muitos sentidos que permeiam histórias, memórias e identidades intrínsecas ao espaço compartilhado entre os cidadãos. Nesse sentido:

Tomemos, pois, o caminho de Clio, que tutela a memória e inventa a história da cidade, reencontrando os seus múltiplos tempos inscritos no espaço. Os historiadores são consumidores do espaço e leitores privilegiados da cidade. Os historiadores podem ensinar a criar uma consciência do valor dessas temporalidades do passado, mas, nessa tarefa, enfrentam um desafio secular,

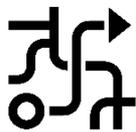


expresso no enfrentamento da permanência com a mudança. (PESAVENTO, 2004, p. 1601).

Os bens culturais são lugares de memória com ricas historicidades, que configuram em si marcas de rupturas e continuidades do tempo, além de que aqueles escolhidos pelo Estado, com o processo de patrimonialização, ou pelo povo, pela afetividade e cuidado, sem ter necessariamente o reconhecimento do poder público, mostram escolhas de passado no presente, seleção de memórias e identidades, também passíveis de problematização. Logo, os objetos culturais de uma sociedade, tangíveis, intangíveis e até naturais, integram um vasto campo de problematização e análises para a história.

O historiador pouco investiga as representações sobre o passado materializadas pelo patrimônio preservado e sua relação com as identidades sociais; e raramente se ocupa de investigar o que os objetos contam sobre a vida e a organização social em que estiveram inseridos. Ou seja, o historiador está habituado a fazer um uso instrumental do patrimônio histórico, mas pouco se dedica a refletir sobre a historicidade dos próprios objetos culturais elevados à categoria de patrimônio histórico (PACHECO, 2017, p. 7).

Ricardo Pacheco (2017) aponta caminhos de problematização para pensar o patrimônio cultural como objeto de pesquisa historiográfica: “a história das políticas de preservação”; “a história da memória social”; “a história dos objetos e seus usuários”. Um bem cultural, portanto, é compreendido como um objeto de memória, que é utilizado como suporte para a elaboração de um imaginário acerca das relações sociais do passado. O patrimônio evoca uma determinada memória coletiva, mas não é o passado em si. É um objeto selecionado do passado que produz um efeito de realidade sobre o ocorrido. A seleção de memórias coletivas ocorre dentro das lutas do presente. Há disputa de interesses, tensões políticas e sociais no ato de escolha de qual passado lembrar, comemorar. O historiador pode atuar no campo da problematização das disputas simbólicas, dentro desse processo de escolha dos passados a rememorar. Percebe-se, então, que as identidades sociais são escolhidas no hoje, definindo os usos do passado. Identidades e memórias sociais são antídotos para homogeneização cultural. Inclusive, para além da ação oficial do Estado na patrimonialização, a escolha e o reconhecimento comunitário de bens culturais que são demarcadores da memória e identidades sociais do grupo. O papel importante do historiador, em relação ao patrimônio, também se associa na questão da busca das



representações sociais no processo de escolha dos bens culturais como demarcadores de memória e identidade.

O debate sobre memória é indissociável ao patrimônio. Halbwachs (1990) frisa a preponderância da memória coletiva sobre as lembranças individuais, salientando que mesmo quando imaginamos que rememoramos algo particular, essa particularidade está ligada à sociedade que vivemos, ao sistema de valores, portanto, também representa coletividade. Entretanto, essa compreensão pode esconder concorrências, disputas, tensões e seletividade da memória. Michael Pollak (1989) traz à baila as memórias subterrâneas que são possíveis de virem à tona, pelo trabalho da história oral em momentos posteriores aos traumas vividos: essas lembranças se referem a momentos extremamente difíceis pelos quais pessoas passaram – o autor trabalhou com exemplos relacionados aos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial e com o regime stalinista, da União Soviética. Rememorações sofridas, quando aparecem, põem em xeque a noção de memória coletiva.

Eclea Bosi (2016) lidou, em pesquisa, com idosos do Estado de São Paulo, e compreendeu que as memórias são um fator de socialização, que representam um elo entre passado e presente, e contribuem para se conhecer o passado. Além disso, destaca que a relação entre a coletividade ou a individualidade, nas memórias, pode ser percebida a partir do resultado das entrevistas realizadas, defendendo que para uns se sobressai mais o individual do que o coletivo nas lembranças, e o contrário também é verdadeiro. Para Alistair Thomson (1997), é importante perceber o processo de afloramento das reminiscências, perceber o processo de composição das memórias. Sobre a lenda dos Anzacs, que conta a história de bravura dos combatentes australianos na Primeira Guerra Mundial, muito construída de forma oficial, o historiador mostra que soldados possuem lembranças diferentes, verificadas por meio de entrevistas: há o que reforça a história oficial, mas também aquele que fala com dificuldade sobre os momentos de batalhas, que evita a versão glorificada. Isso nos leva a pensar num fator importante do processo: a subjetividade.

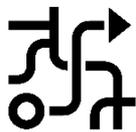
Le Goff (2013) alerta para as manipulações exercidas sobre a memória coletiva: esquecimentos, silêncios e consagração de lembranças são traços que ajudam a perceber a memória como um instrumento de poder. A memória se relaciona com a

intencionalidade, sendo que a lembrança do passado se associa aos interesses de quem detém o poder na sociedade. Nesse sentido, é necessário considerar que a busca pelo passado envolve questões morais, políticas e relações de dominação. Negros, mulheres, indígenas na sociedade brasileira, historicamente, foram silenciados. A historiografia recente tem salientado a importância de problematizar a subjetividade no florescer das memórias, no sentido questionar silenciamentos impostos e dessacralizar memórias construídas por meio de relações de poder. Logo, é possível encarar a subjetividade como objeto da pesquisa, não no sentido de usá-la para reforçar a dominação, o controle, mas buscando as várias formas de interpretar o que ocorreu, para compreender multiplicidades, domínios, resistências, possibilidades (ARAÚJO; SANTOS, 2007).

História e memória são meios de alcançar uma interpretação sobre o passado. Ambas lidam com a descontinuidade do tempo, assim como as duas possuem limites de alcance ao que ocorreu. Roger Chartier (2015) traz a seguinte diferenciação:

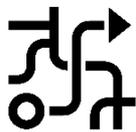
Sem dúvida, as relações entre memória e história são claras. O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, “científico”, no sentido de Michel de Certeau (CHARTIER, 2015, p. 24).

No âmbito dessa construção do ser, é essencial tratar a relação entre memória e identidade: são indissociáveis. Joel Candau (2016), em seu longo ensaio sobre esse entrecruzamento, destaca a multiplicidade de memórias e conseqüentemente de identidades, que experimentam um processo contínuo de transformação, em que pese a vontade do homem, ou de grupos específicos, de manter uma memória como tradição, que cristaliza identidades, como o exemplo da formação de uma identidade nacional. Stuart Hall (2006, p. 13) destaca que o “eu coerente” assume várias identidades, e que é uma “fantasia” a ideia de uma identidade unificada, sólida e confortável. Iorn Rüsen (2001) enxerga o jogo de lembrar e esquecer como um fornecedor de referências do tempo que agem como elementos de continuidade, que auxiliam na instituição de identidades. A história, portanto, a interpretação do tempo,



a busca por orientação, está diretamente entrelaçada na relação entre memória e identidade.

Pierre Nora (1993) fala que entre a história e a memória existem os lugares de memória, que são “referentes”, integram a realidade, são rastros do passado no presente. Santiago Júnior (2015) avalia que Nora, ao constatar a crise da história e da memória, argumentou de forma melancólica, ao expressar tristeza ante a percepção de que a memória, não mais utilizada intensamente como em sociedades antigas, esfacelava-se ao final do século XX, sendo substituída pelo que restou: os lugares de memória. O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte questiona sobre a dificuldade de encarar como lugar de memória o patrimônio com acepção associada ao modelo como foi entendido o conceito no viés europeu, masculino, voltado ao estado nacional. Problematiza a visão crítica que autores como Françoise Choay e François Hartog debatem o patrimônio cultural pelo viés de uma inflação patrimonial, suscitando a possibilidade de bens culturais representarem as vozes e vontades de grupos há muito silenciados. Nessa esteira defende o patrimônio como epistemologia pública, que vai além da historiografia, portanto, além dos lugares de memória. Nesse prisma, pensar nessa episteme nos lança para a reflexão sobre os valores mnemônicos e não mnemônicos dos bens culturais, sobre a história pública e os ensinamentos a partir do patrimônio, a consciência histórica e a noção de cidadania intrínsecas a ele. Para tatear esse paradigma de reflexão sobre a herança cultural, dentro do prisma o qual mais nos interessa, a problematização do patrimônio na história e em seu ensino, é fundamental historicizar as políticas de acautelamento e as transformações de compreensão do conceito, no Brasil. Nessa ótica, é interessante considerar o Patrimônio como uma categoria de pensamento, tal qual defendeu José Gonçalves (2009). Em que pese a defesa de que o conceito surgiu no fim do século XVIII, associado aos interesses do Estado nacional, patrimônio não é uma invenção da modernidade. Pode-se dizer que ganhou contornos específicos de compreensão na era moderna, mas em sociedades tribais bem anteriores já existia a noção patrimonial presente. O autor em questão chama a atenção para os vários significados do termo, que não pode ser resumido a uma determinada pedagogia de formação de indivíduos com identidades planejadas. Assim como destaca um papel mais amplo para o patrimônio, para além da representação.



O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre os seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, forma as pessoas (Idem, 2009, p. 31).

O decreto 22.928, de 12 de julho de 1933, é visto como a primeira lei federal de salvaguarda patrimonial. Tal legislação transformou a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional. Em 1936 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). No ano seguinte, com o decreto 25/1937 veio a instituição do Tombamento como instrumento jurídico de preservação dos bens culturais brasileiros vinculados aos fatos memoráveis da história nacional, com valor etnográfico, excepcional, artístico, bibliográfico (LOPES; MILDRE, 2012).

Márcia Chuva (2012) questiona a visão oficial de patrimônio construída acerca da história da atuação do Estado nacional no que tange à criação das políticas de preservação. Dizer que a noção pensada por Mário de Andrade, inclusa em seu anteprojeto entregue em 1936 ao SPHAN, foi a que se consagrou na promulgação do Decreto-Lei 25/37, não condiz com a teoria envolta na conceituação e nem na prática de preservação patrimonial. O modernista defendia uma visão integral de cultural nacional, era um pesquisador e incentivador do folclore e da cultura popular. Houve protagonismo da visão dos arquitetos na política de acautelamento do governo Vargas, a qual tratou o barroco mineiro como a essencialidade do patrimônio nacional.

Maria Cecília Fonseca (2017) traça um panorama da política federal de preservação no Brasil. Divide essa política em dois momentos: “Fase Heroica” e “Fase Moderna”. Associa a primeira à atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade a frente do SPHAN, que vai da criação do órgão até sua aposentadoria. Momento destacado pela noção de patrimônio material, com valor excepcional, com preponderância para a arquitetura militar e religiosa, de influência lusa. Relaciona a segunda à direção de Aloísio de Magalhães. Trata-se de um período de transformações na concepção de patrimônio. Destaca-se a criação da fundação pró-memória e do Centro Nacional de Referência Cultural, que iniciam um processo de debates sobre novas acepções para o conceito, considerando referências culturais que não fossem apenas brancas e europeias. A autora salienta que a patrimonialização no Brasil, até a década de 1980,

privilegiou memórias e identidades associadas à influência portuguesa cristã. Gilberto Velho (2006), que compreende patrimônio como um processo repleto de negociações e conflitos, evidencia as disputas e tensões que envolveram o tombamento do Terreiro de Casa Branca, em Salvador, primeiro bem cultural de matriz religiosa africana reconhecido no Brasil. Um acautelamento emblemático para o momento histórico, os anos oitenta, que experimentou, em 1988, a promulgação da Constituição, que ficou conhecida como “cidadã”, a qual trouxe uma compreensão mais ampla para o conceito de patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- As formas de expressão;

II- Modos de criar, fazer e viver;

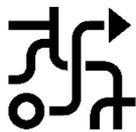
III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

O artigo 216, da Constituição Federal de 1988, descrito acima, trouxe uma significação mais plural para o patrimônio brasileiro, permitindo ir além da noção de “pedra e cal”, até então imperante na prática de acautelamento no Brasil, resultado de aproximadamente seis décadas de tombamentos que evidenciaram os valores arquitetônicos, artísticos, excepcionais, da referência cultural branca cristã (FONSECA, 2009).

Em contraste com o mundo ocidental, no Oriente, em vez dos objetos, o incentivo e apoio se endereçaram às pessoas, as quais serão responsáveis pela perpetuação de uma determinada prática, tradição, saber, ritual. No Japão, em 1950, assim o foi com a sua primeira legislação patrimonial, quando evidenciou as pessoas. No Ocidente, essa visão sobre o patrimônio, para além da materialidade, começa a ser formulada após a assinatura, em 1972, da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO. O documento trazia reivindicação de países do terceiro mundo em prol da formulação de instrumentos de valorização e proteção de manifestações culturais populares. A resposta veio em 1989, quando se aprovou na Conferência Geral da UNESCO uma recomendação sobre acautelamento da cultura

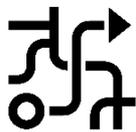


popular e tradicional, que sugeriu a criação de registros, inventários, apoio econômico, voltados ao patrimônio imaterial. No Brasil, após o apontamento trazido pelo artigo 216 da CF de 1988, em 4 de agosto de 2000, foi criado o Instituto do Registro, por meio do Decreto 3551, que estabeleceu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, visando a identificação, reconhecimento e valorização de bens imateriais, compreendendo seu caráter bem mais dinâmico, se comparados aos bens materiais. No último ano do século XX, portanto, o que para Mário de Andrade era o reconhecimento do folclore, ainda na década de 1930, agora de fato passa a ter uma legislação específica, uma política do Estado para valorizar a sabedoria popular, identificando-a como memória e identidade (SANT'ANNA, 2009).

Luiz Oosterbeek (2004), em seu estudo sobre arqueologia, destaca que só é possível compreender as sociedades ágrafas recorrendo à dimensão imaterial. O professor português critica visões binárias sobre patrimônio que dividem os bens em tangíveis e intangíveis, pois compreende que a reorganização do passado pela memória, que gera patrimônios, identidades, é possível a partir da associação entre as características físicas das fontes e da sua imaterialidade, das simbologias, dos sentidos.

Em 30 de abril de 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) divulgou a Portaria nº 27, que versa sobre a chancela da paisagem cultural brasileira, de territórios que representam a interação do homem com a natureza. Fabrício da Silva (2018) discorda da dicotomia entre e patrimônio natural e patrimônio cultural. Defende uma visão integradora de patrimônio que possa, a nível conceitual e prático, efetivar o patrimônio como uma paisagem cultural que engloba as características tangíveis, intangíveis, naturais, e que dialogam com o dia a dia das pessoas e contribuem para a identificação.

É necessário compreender a diferenciação do conceito, conforme a legislação vigente no país, o que não nos impede de entender patrimônio de forma holística, de interpretá-lo na sua totalidade, como um elo entre temporalidades distintas, como um objeto por excelência de investigação e problematização da História, sem esquecer a variedade de áreas que estudam o patrimônio. Além de ser uma fonte emblemática do passado, é um instrumento de coesão, que se entendido em sua pluralidade, evidencia memórias e identidades de referências culturais não apenas brancas e



crists. É um fantástico recurso pedagógico para o ensino de história, que auxilia na compreensão dos tempos históricos, de conceitos como memória, identidade, cidadania e a história em si.

PATRIMÔNIO E ENSINO

A educação patrimonial, compreendida como um programa voltado à compreensão dos bens culturais e suas relações com a vida, no que tange ao reconhecimento de memórias e identidades, de usos do patrimônio com propósitos turísticos-culturais, de preservação e formação cidadã, representa uma estratégia interessante a ser utilizada no ensino de história, dando ênfase à relação entre história, patrimônio e suas possibilidades de aprendizagens e construção de propostas de valorização patrimonial de territórios e comunidades.

A valorização das singularidades históricas e culturais da localidade, através da educação patrimonial é uma forma de fomento cultural que, além de instrumentalizar potenciais trabalhadores de múltiplas áreas e ser geradora de trabalho e renda, também é uma ferramenta importante na formação do sentimento de pertencimento, base da construção da identidade (CHAVES; LISBOA FILHO, 2022, p. 55).

Flavi Lisboa Filho e Lucas Nunes (2021) recorrem aos temas cultura, processo comunicativo e identidades para realizarem uma abordagem sobre educação patrimonial que enfatiza o meio social do indivíduo, a socialização. Advogam que determinadas normas, padrões sociais com os quais somos familiarizados, geram fragmentações que dificultam nossa identificação com a comunidade que fazemos parte, e que sem essa conexão os bens culturais que nos circundam não adquirem afetividade. Daí, os autores defenderem a importância da metodologia: "... tratar da educação patrimonial se faz necessário, pois ela tem a capacidade de nos reconectar com o mundo que nos rodeia e recuperar elementos culturais que, por ventura, estão ameaçados" (LISBOA FILHO; NUNES, 2021, p. 160).

Naiani Fenalti e Maria Medianeira Padoin (2016) se preocupam com a formação das pessoas em relação ao patrimônio, o qual está imbuído do jogo de lembrar e esquecer. Nessa esteira, formar discentes utilizando espaços de memória, museus e escolas, espaços formais de aprendizagem, significa preparar o futuro adulto para que tome decisões do que rememorar, para que, no processo de escolha, possa haver

menos exclusão. As autoras falam na criação de pontes a serem usadas como caminho para construção de aprendizagens sobre os bens culturais.

A referida “ponte” para que haja uma interação entre o público (principalmente as crianças e os jovens) e os patrimônios culturais, depende das ações educativas envolvidas e dos profissionais que implementam tais ações, ou seja, a parceria entre o sistema educacional e os centros de memória é indispensável para um resultado satisfatório, consequência das atividades de educação patrimonial (...) (FENALTI; PADOIN, 2016, P. 107).

UM EXEMPLO NA AMAZÔNIA¹

O centro de memória, ou museu, mais perto da “Ilha de Mosqueiro”², fica distante mais de 60 km. Assim, compreendemos a própria cidade como um espaço de memórias a ser explorado. O distrito administrativo de Belém se localiza no encontro das águas do Oceano Atlântico com as do Rio Amazonas. É um território com aproximadamente 21 km de praias de estuário. Na escola estadual, de ensino médio, Honorato Filgueiras, localizada no bairro do Maracajá, nesse distrito, realizei pesquisa por meio de questionários, com alunos do primeiro ano, em 2022. Marieta Ferreira (2016) considera a história oral uma metodologia de produção de fontes que precisam ser inquiridas e relacionadas a outros vestígios do passado para que sejam utilizadas como meios de reorganização de memórias e identidades. Utilizando a metodologia, perguntamos aos discentes o que consideravam patrimônio cultural em Mosqueiro. As respostas aparecem na tabela seguir:

Nº	BEM CULTURAL	Nº DE MENÇÕES	%
1	PRAÇA MATRIZ	26	16,3
2	PRAIAS	22	13,8
3	CHALÉS	20	12,5
4	CORETO DA VILA	14	8,8
5	IGREJA MATRIZ	11	6,9
6	MERCADO DA VILA	10	6,2
7	FÁBRICA BITAR	5	3,1

¹ Trata-se de projeto de pesquisa de doutorado em História, da Universidade Federal de Santa Maria – RS, em andamento, que resultará em tese que relaciona ensino de história, ensino médio e educação patrimonial, com previsão de defesa para abril de 2026. A prática de ensino de história, considerando o patrimônio como objeto de pesquisa e ensino está sendo desenvolvida em Mosqueiro, interior de Belém, capital do Estado do Pará, desde o ano de 2022, com alunos do ensino médio, da escola estadual Honorato Filgueiras.

² Mosqueiro é um Arquipélago, um conjunto de ilhas. Entretanto, a cultura popular consagrou a expressão “Ilha de Mosqueiro”.

8	ESTÁTUAS	5	3,1
9	TAPIOCARIA (DA VILA)	5	3,1
10	FESTIVIDADE DE SÃO PEDRO	4	2,5
11	CÍRIO DE MOSQUEIRO	3	1,8
12	ESCOLA INGLÊS DE SOUZA	3	1,8
13	HOTEL FAROL	3	1,8
14	CARAMANCHÃO	2	1,2
15	CARIMBÓ	2	1,2
16	ILHA DO AMOR	2	1,2
17	MINHA CASA	2	1,2
18	PAISAGEM	2	1,2
19	TRAPICHE	2	1,2
20	AÇAÍ	1	0,6
21	BREGA	1	0,6
22	CHALÉ CANTO DO SABIÁ	1	0,6
23	CASA DA MINHA TIA	1	0,6
24	CHÁCARAS DO PASSADO	1	0,6
25	CULINÁRIA	1	0,6
26	ESCOLA DONATILA LOPES	1	0,6
27	E. HONORATO FILGUEIRAS	1	0,6
28	FAMÍLIAS COM HERANÇAS	1	0,6
29	FESTIVIDADES	1	0,6
30	HOSPITAIS	1	0,6
31	MUNICÍPIO	1	0,6
32	PESCA	1	0,6
33	PRAIA DO FAROL	1	0,6
34	PRAIA GRANDE	1	0,6
35	SUPERMERCADO PAULISTA	1	0,6
TOTAL		159	100%

Tabela 1: Patrimônio Cultural de Mosqueiro.

Fonte: Questionário respondido pelas turmas do primeiro ano do ensino médio de 2022

Os bens culturais listados de 1 a 6 foram os mais mencionados. Numa leitura rápida, os dados nos levam para um patrimônio material e associado à referência cultural branca cristã. Entretanto, dentre as várias possibilidades de trabalho, a partir das respostas dos jovens, para cumprir o propósito deste artigo, problematizar o patrimônio pela história e seu ensino, considerando uma acepção para além da pedra e cal, podemos pinçar os elementos citados “pesca”, “culinária”, “praias”, “chalés”, “estátuas”, e construir uma historicização do lugar a partir das matrizes culturais branca, negra e indígena.

Uma das possibilidades de origem do nome do lugar se refere à prática do “moqueio” realizada pelos Tupinambás nas praias do lugar, que consiste em assar peixe num braseiro no chão, enquanto a grelha fica a uma altura de 50 centímetros, aproximadamente. A técnica era utilizada pelos originários para desidratar a carne do peixe e deixá-lo próprio para consumo durante alguns dias. Aqui nos referimos, portanto, à pesca, à culinária indígenas, realizadas desde muito tempo antes do século XVII, período do início da ocupação da Amazônia pelos portugueses. À beira das mesmas praias, ao final do século XIX e início do XX, pessoas envolvidas de alguma forma com o comércio do látex, em busca de local aprazível, construíram chalés, em modelo arquitetônico eclético, envoltos à lógica dos padrões da “bela época”, para usufruir do lugar em seus momentos de descanso, nos fins de semana e feriados (TAVARES, 2019). Atualmente, as barracas instaladas nas referidas praias, que atendem aos visitantes e/ou turistas, servem, dentre outros pratos, peixes preparados de várias maneiras, inclusive assados, de forma semelhante ao peixe moqueado dos indígenas. Eis um emblemático exemplo de compreender a cidade como “Cronotopo”, com vários extratos de memória e identidades, e muitas temporalidades. Por meio de passeio ciclístico levamos alguns alunos in loco para dialogar a respeito da historicidade dos bens culturais citados, vistos de forma integrada, associando o natural (praias), o material (chalés) e o imaterial (a sabedoria originária).



Figura 1: Passeio Ciclístico pela Orla de Mosqueiro
Fonte: Arquivo pessoal. Registro de 23/09/2023.

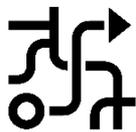
A estátua Princesa Isabel, localizada na Praça Matriz, é um bem cultural excelente para o debate acerca da memória e do esquecimento em relação à matriz cultural negra. Os nomes de ruas, em especial as do centro histórico, das praias e os monumentos, excluem indígenas e negros da memória local. Mesmo que a comunidade Sucurijuquara tenha sido reconhecida como território quilombola pela Fundação Var-Palmares em 2014, ainda não podemos dizer que a memória negra é evidenciada e patrimonializada a contento no distrito. O principal monumento em alusão à afro-brasilidade, ou que deveria ser, refere-se à filha de D. Pedro, quem assinou a lei Áurea em 1888, a qual aboliu a escravidão no Brasil. Na representação, pintada de preto, a princesa abraça crianças negras. Abaixo vem os dizeres “Somos todos irmãos”.



Figura 2: “Princesa Isabel” e discentes.

Fonte: Arquivo pessoal de fotos. Registro de 14/09/2023.

Na fotografia acima, os alunos e alunas, do turno da noite, encobriram a frase mencionada acima, que por sua vez encobre várias questões. Algumas foram debatidas na aula-caminhada pelos bens culturais que ficam próximos à escola, onde o trabalho foi realizado, como: porque na lembrança que se refere aos negros, a homenagem é feita a uma pessoa branca, à princesa? Brancos e negros na sociedade brasileira possuem relação de irmãos, de fato? As reflexões foram feitas em conjunto com os discentes.



CONCLUSÃO

O patrimônio cultural pode e deve ser problematizado pela história, assim como o ensino da disciplina precisa aproveitar as ricas oportunidades oferecidas pelos bens culturais, no sentido de relacionar o passado ao presente, de pensar o futuro a partir de questões relacionadas a reconhecer a multiplicidade de memória e identidades, de pensar uma formação cidadã que inclua a gestão e valorização do patrimônio, com propósitos relacionados ao direito à memória, à cultura e aprendizados no campo da ciência do tempo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, dezembro. Coimbra (Portugal), 2007, pp. 95-111. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acesso: 02/05/2023.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Vozes, 7ª Ed. Petrópolis – RJ, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. *História: Debates e Tendências*, v. 12, n. 2, jul./dez. Passo Fundo – RS, 2012, pp. 305-325. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3073>. Acesso: 12/03/2024.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velho*. 19ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BRASIL. *Constituição Federal*. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 1988. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo>. Acesso: 15/03/2024.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2005.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Editora Contexto. São Paulo, 2016.

CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestre da Vida? *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, Edição Especial, n. 2. Porto Alegre, 2006, pp. 7-34. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1347>.
Acesso: 11/03/2024.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1982.

CHAVES, Thais Danzmann; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. Desenvolvimento e educação patrimonial: um olhar sobre o Geoparque Quarta Colônia aspirante UNESCO. In: FIGUEIRÓ, Adriano Severo Et. Al (Orgs). *Geoparque Quarta Colônia aspirante UNESCO: conservação do patrimônio e desenvolvimento regional sustentável*. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Pró-Reitoria de Extensão. Santa Maria – RS, 2022, pp. 48-57. Disponível em: <https://www.geoparquequartacolonia.com.br/arqs/53.pdf>. Acesso: 18/03/2024.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Artístico e Artístico Nacional*, n. 34. Brasília, 2012, pp. 147-165. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso: 29/02/2024.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Editorial Presença. Lisboa, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente, história oral e ensino de história. In: RODEGHERO, Carla Simone; GRINBERG, Lúcia; FROTSCHER, Méri (Orgs.). *História oral e práticas educacionais*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016b, pp. 125-136. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18100>. Acesso: 31/12/2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4ª ed. rev. amp. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

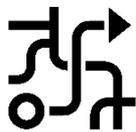
FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma percepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*. Editora Lamparina, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2009, pp. 59-79.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*. Lamparina, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2009, pp. 25-33.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Vértice, Editora dos tribunais. São Paulo: Vértice – Editora dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. 7ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.



LISBOA FILHO; Flavi Ferreira; NUNES, Lucas da Silva. A Educação Patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário. In: PADOIN, Maria Medianeira Et. Al. *Educação Patrimonial em territórios Geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia*. E-book. 1ª Edição. Santa Maria – RS: FACOS – UFSM, 2021, pp. 159-174. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/educacao-patrimonial-em-territorios-geoparques>. Acesso: 11/01/2023.

LOPES, Sérgio Nunes; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Considerações acerca do patrimônio histórico e cultural na legislação brasileira. In: PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). *História, memória e patrimônio: possibilidades educativas*. Paco Editorial. Jundiaí – SP, 2012, pp. 165-182.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, vol. 10. São Paulo: 1993.pp. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso: 14/03/2024.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. *Cadernos do LEPAARQ*, vol. I, nº 2, jul/dez, 2004, pp. 41-54. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/812>. Acesso: 14/01/2023.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. *HISTÓRIA UNICAP*, v. 4, n. 7. Recife-PE, 2017, pp. 5–14. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/971>. Acesso em: 24/02/2024.

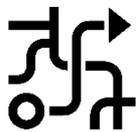
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Fragmentos de Cultura*, v. 14, n. 9. Goiânia, 2004, pp. 1595-1604.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso: 14/03/2024.

RÜSEN, Jörn. Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: _____. *Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.pp. 53-93.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Editora Lamparina. Rio de Janeiro, 2009, pp. 48-58.

SANTIAGO JÚNIOR, F. das C. F. (2015). Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. *Projeto História: Revista*



Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 52. São Paulo, 2015, pp. 245-279. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21370>. Acesso: 20/02/2024.

SILVA, Fabrício Rocha da Silva. A Paisagem Cultural e os conflitos entre o “Natural” e o “Cultural”: um estudo de caso no núcleo histórico urbano do Alto Paraguaçu. *Cadernos Nauj*, vol. 7, nº 12, jan-jun, 2018, pp. 40-58. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189103>. Acesso: 13/01/2023.

TAVARES, Daniel Rodrigues. *O ensino de História por meio da Educação Patrimonial na Ilha de Mosqueiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2019, 216 p.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. Abril, nº 15. São Paulo, 1997, p. 51-71. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224>. Acesso: 14/03/2024.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 2 n. se. Rio de Janeiro, 2006, p. 237-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/NtsgyP5DLx9P867hBBhv3xh/>. Acesso: 15/03/2024.

WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário.” In: _____. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2014. pp. 97-116.

Recebido em 20/03/2024

Aprovado em 10/07/2024